

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO - MA
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS



CARGO:

**AGENTE
ADMINISTRATIVO**

TURNO: MANHÃ



CADERNO DE PROVA OBJETIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Examine se a prova está completa, se há falhas ou imperfeições gráficas que causem dúvidas. Qualquer reclamação somente será aceita até os 15 minutos iniciais.
2. A prova consistirá de 40 questões com quatro alternativas (A, B, C, D) das quais apenas uma é verdadeira. Leia atentamente cada questão e escolha a alternativa, marcando sua resposta no cartão resposta, cobrindo levemente todo o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
3. Durante a prova, é vedado o intercâmbio e o empréstimo de qualquer material entre os candidatos.
4. Não poderão ser utilizados, durante a prova, recursos como: régua, dicionário, boné, calculadora, relógio digital, bem como outro material que possa indicar tentativa de fraude.
5. Esta prova terá duração de 3 horas, com início às 9h e término às 12h.

NOME DO CANDIDATO:



MAIS INFORMAÇÕES:

Internet:

www.institutomachadodeassis.com.br

Telefone: (86) 9438-4081

INSTITUTO MACHADO DE ASSIS - IMA

CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO

RASCUNHO

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	

FOLHA DE ANOTAÇÃO DO GABARITO - ATENÇÃO: Esta parte somente deverá ser destacada pelo fiscal da sala, após o término da prova



LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÕES DE 1 A 15

INSTRUÇÃO:

Para responder a essas questões, assinale APENAS UMA ÚNICA alternativa correta e marque o número correspondente na Folha de Respostas.

Leia o texto a seguir e responda as questões de nº 1 a 5.

No dia 24 junho de 2013, a presidente da república, Dilma Rousseff, anunciou, em uma reunião ampliada envolvendo 27 governadores e 26 prefeitos das capitais brasileiras, a realização de cinco pactos em prol de melhorias para diversos setores do país. Dentre eles, o ponto mais polêmico sem dúvida foi o que se referia à criação de um plebiscito para a elaboração de uma constituinte exclusiva para a Reforma Política no Brasil. Logo depois, no entanto, o Governo desistiu da Constituinte Exclusiva e deliberou pela realização do plebiscito para aprovar diretamente os pontos da reforma política.

Tal ação foi uma resposta à proliferação de protestos que faziam reivindicações pela revogação do aumento das tarifas no transporte público em diversas capitais do país. Após conseguir derrubar esse aumento, as manifestações ampliaram suas pautas, que passaram a envolver temas como corrupção, melhorias na saúde e na educação, mobilidade urbana e, em meio a muitos outros pontos, a Reforma Política.

Uma primeira consideração sobre essa questão é de que a proposição dessa reforma não é uma novidade na história recente do país. Desde 2008, na verdade, que o Governo Federal vem tentando executá-la, porém sem sucesso. A última investida havia ocorrido no mês de Abril de 2013, quando a própria base do governo não chegou a um consenso sobre a questão.

O que se percebe então é que o Governo aproveitou a ocasião dos protestos e a insatisfação popular para retomar e pressionar o congresso a aprovar essa pauta. Vale lembrar que a realização do plebiscito ainda precisa ser debatida e aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado.

Uma constituinte, ou assembleia constituinte, é um órgão colegiado, formado por representantes de diversas frentes e previamente eleitos, elaborado para redigir, revisar ou reestruturar uma Constituição. No caso de uma constituinte exclusiva significa que ela deverá ser criada para atender a um único ponto ou tema da Constituição que, no caso, refere-se à estrutura política e eleitoral brasileira. Alguns juristas chamam a constituinte exclusiva de *miniconstituinte*.

Existe quem afirme que a sua elaboração é ilegítima, pois a Constituição não poderia ser alterada em apenas um ponto ou outro. Ou seja, a constituinte teria o poder para alterar o que quiser, o que é encarado como um ato "antidemocrático". Vale lembrar, no entanto, que essa posição não é unânime mesmo entre os juristas.

Com o andar das discussões, no entanto, o Governo então anulou a proposta de elaboração de uma constituinte e decidiu propor a realização do plebiscito para aprovar diretamente os pontos da Reforma Política.

Por ora, não é possível falar exatamente quais serão os pontos da Reforma Política no Brasil. Isso porque o tema ainda envolverá diversos debates entre a população e o congresso a fim de verificar a viabilidade e as consequências das mais diversas decisões. No entanto, algumas pautas já vêm sendo há muito tempo debatidas e possuem grandes chances de entrarem nessa questão.

Financiamento público de Campanha - Atualmente, o financiamento das campanhas eleitorais conta com uma verba pública – chamada de fundo partidário – e uma verba privada – que cada candidato ou partido consegue da sua própria forma, por meio de doações. A crítica a esse modelo é a de que grandes empresas arrecadam fundos para campanhas milionárias de candidatos que, ao serem eleitos, governam em prol delas e não em benefício da população.

A ideia do financiamento público de Campanha seria uma forma de coibir essa prática, fixando apenas um fundo público que seria destinado a essas campanhas, essas estariam proibidas de produzir materiais ou realizar quaisquer atos que se manifestem em forma de campanha eleitoral que sejam financiados por bens particulares.

Fim de privilégios aos parlamentares - Essa proposta também é bastante comentada e possui muita simpatia entre as camadas sociais. Refere-se ao fim de privilégios dados a parlamentares, como o *foro privilegiado* que preconiza que os crimes praticados por políticos passem a ser julgados pela justiça comum e não mais por um ordenamento superior. Além dessa proposta, existe a ideia de extinção de benefícios e gratificações às autoridades políticas, como férias de 60 dias, 14º e 15º salários, dentre outros.



Candidatura sem partido - Existem também propostas que envolvem a elaboração de uma cota mínima para a inscrição de candidatos que não possuam partidos políticos. Essa reivindicação surge em meio à onda de protestos que se recusam a integrar manifestações partidárias em suas manifestações. Os critérios e o percentual para candidaturas avulsas ainda não são muito claros e deverão ser definidos, caso aprovada essa proposta, pela própria comissão que ficará a cargo da elaboração da reforma política.

Fidelidade partidária - Atualmente, mesmo que eleito por um partido, um político pode deixar sua sigla e/ou migrar para outra filiação partidária. No entanto, o partido político pode requisitar na justiça o mandato que lhe pertence por lei. A ideia é alterar esse sistema que não só impede a mudança de partido como também exige que o candidato só possa mudar de sigla com, pelo menos, seis meses de antecedência.

Eleições proporcionais - Nem sempre um candidato é eleito por maioria simples. Muitas vezes, alguns candidatos se elegem por conta da proporção de votos que o seu partido ou coligação receberam em toda eleição. Assim, um candidato a vereador ou deputado que, por exemplo, tenha recebido 2.000 votos pode ganhar de outro que tenha recebido 2.500 pelo simples fato de sua coligação ter angariado, ao todo, um número maior de votos, através de outros candidatos.

A proposta é a de acabar com essa regra e estabelecer o voto universal direto, em que apenas os candidatos com maioria absoluta sejam eleitos.

Distribuição do horário eleitoral gratuito - Atualmente, o tempo de TV e Rádio para a realização do horário eleitoral gratuito é distribuído igualmente entre os partidos e não entre as coligações e candidaturas. Por conta disso, as alianças formadas pelo maior número de partidos ganham mais tempo e, portanto, possuem mais chances de convencer o eleitorado.

A proposição é a de se distribuir igualmente o tempo de campanha entre as candidaturas, independente do tamanho das respectivas bases aliadas, o que, em tese, acabaria com o que é chamado de "comércio de siglas" em que apoios são trocados por cargos políticos após as eleições.

Por fim, vale lembrar que essas propostas apresentadas não obrigatoriamente entrarão na pauta de Reforma Política proposta pelo governo, isso vai depender do andamento dos debates e se o congresso irá aprovar a realização do plebiscito para esse fim. Além disso, podem surgir novos pontos nesse íterim, como o voto facultativo, fim da reeleição, dentre outros fatores.

Extraído: <http://vestibular.brasilecola.com/atualidades/o-plebiscito-sobre-reforma-politica.htm>

01) Observe o trecho a seguir retirado do texto: "Com o andar das discussões, no entanto, o Governo então anulou a proposta de elaboração de uma constituinte e decidiu propor a realização do plebiscito para aprovar diretamente os pontos da Reforma Política." Sobre o trecho acima, assinale a opção **INCORRETA**.

- (A) A palavra "Política" é um adjetivo e também é classificada quanto à posição da sílaba tônica em palavra paroxítona.
- (B) A conjunção "No entanto" indica uma ideia de oposição ao que foi dito anteriormente.
- (C) O verbo "anulou" se encontra no Pretérito Perfeito do Indicativo.
- (D) O verbo "propor" se encontra no infinitivo.

02) O objetivo central do texto é:

- (A) A reforma política no Brasil será feita através de uma Assembléia Constituinte.
- (B) As manifestações sociais ocorridas no Brasil foram uma das principais causas para que a questão da Reforma Política entrasse novamente em pauta. Várias são as reivindicações feitas pela sociedade brasileira, entre as quais podem ser citadas: a distribuição igualitária do horário eleitoral gratuito, o fim dos privilégios aos parlamentares, o financiamento público de campanha e diversas outras reivindicações.
- (C) As manifestações sociais no Brasil tiveram como principal objetivo impor a nova Reforma Política.
- (D) A Reforma Política não tem como objetivo atender os anseios gerais da sociedade brasileira.

03) A respeito das informações prestadas pelo texto, marque a opção **ERRADA**.

- (A) A propositura da Reforma Política foi uma resposta à proliferação de protestos que faziam reivindicações pela revogação do aumento das tarifas no transporte público em diversas capitais do país.
- (B) A realização do plebiscito precisa ser debatida e aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado.
- (C) Uma Constituinte é um órgão colegiado, formado por representantes de diversas frentes e previamente eleitos, elaborado para redigir, revisar ou reestruturar uma Constituição.
- (D) A proposição da Reforma Política é uma novidade na história recente do país.



04) Considere o trecho a seguir: "Por fim, vale lembrar que essas propostas apresentadas não obrigatoriamente **entrarão** na pauta de Reforma Política proposta pelo governo, isso vai depender do andamento dos debates e se o congresso irá aprovar a realização do plebiscito para esse fim". O verbo destacado acima se encontra no :

- (A) Pretérito Perfeito do Indicativo.
- (B) Futuro do Subjuntivo.
- (C) Futuro do Pretérito do Indicativo.
- (D) Futuro do Presente do Indicativo.

05) Acerca do texto, observe as assertivas a seguir.

- I. Hodiernamente, o tempo de TV e Rádio para a realização do horário eleitoral gratuito é distribuído igualmente entre os partidos e não entre as coligações e candidaturas.
- II. Existem propostas que envolvem a elaboração de uma cota mínima para a inscrição de candidatos que não possuam partidos políticos.
- III. A ideia do financiamento público de Campanha fixaria apenas um fundo público que seria destinado a essas campanhas, essas estariam proibidas de produzir materiais ou realizar quaisquer atos que se manifestem em forma de campanha eleitoral que sejam financiados por bens particulares.
- IV. A ideia da Reforma Política é impedir a mudança de partido como também exige que o candidato só possa mudar de sigla com, pelo menos, seis meses de antecedência.

A quantidade de itens corretos é:

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4

06) Na frase "Essa rua é um verdadeiro deserto", a figura de linguagem utilizada é:

- (A) Zeugma.
- (B) Catacrese.
- (C) Comparação.
- (D) Metáfora.

07) A palavra "hora" possui:

- (A) quatro letras e cinco fonemas.
- (B) quatro letras e três fonemas.
- (C) quatro letras e dois fonemas.
- (D) quatro letras e seis fonemas.

08) A palavra "tóxico" possui quantos fonemas?

- (A) 5
- (B) 6
- (C) 7
- (D) 8

09) Observe a seguinte frase: "Aquela criança tem um olhar tão doce". Nela, foi utilizada a seguinte figura de linguagem:

- (A) Antonomásia.
- (B) Sinestesia.
- (C) Personificação ou Prosopopeia.
- (D) Anacoluto.



10) Marque a alternativa que apresenta um Ditongo Nasal.

- (A) Sério.
- (B) Mãe.
- (C) Pai.
- (D) Trouxa.

11) Observe os itens a seguir referentes à Concordância Verbal.

- I. Fui eu quem derramou o mel.
- II. Vossa Alteza pediu silêncio.
- III. A maioria dos alunos foi à excursão.
- IV. A multidão de fãs gritou.

A concordância Verbal foi respeitada em:

- (A) I e III
- (B) II e IV
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I, II e III

12) Assinale a alternativa em que a Concordância Verbal foi realizada de forma **INCORRETA**.

- (A) Os pedidos, as súplicas, o desespero, nada o comoveram.
- (B) A maioria dos candidatos desistiu de fazer a prova.
- (C) Mais de um aluno não compareceu à aula.
- (D) Tu e ele se tornarão amigos.

13) Em todas as alternativas a seguir o acento indicativo de Crase foi realizado de forma correta, **EXCETO** em:

- (A) À medida que o tempo passa, fico mais feliz por você estar no Brasil.
- (B) Sairei às duas horas da tarde.
- (C) Quero uma pizza à moda italiana.
- (D) Fui a farmácia comprar o remédio do Marcelo.

14) Observe os itens a seguir referentes à Regência Verbal.

- I. Lembrei-me do nome de todos.
- II. Esta era a vida a que aspirava.
- III. O aluno desobedeceu ao professor.
- IV. Antipatizo com meu professor de Matemática.

Assinale a alternativa que indica os itens em que a Concordância Verbal foi realizada de forma **CORRETA**.

- (A) I e IV
- (B) I, II, III e IV
- (C) II e III
- (D) I e II

15) Na frase "Os homens públicos envergonham o povo" há a utilização da seguinte figura de linguagem:

- (A) Hipérbole.
- (B) Eufemismo.
- (C) Metonímia.
- (D) Antítese.



INFORMÁTICA

QUESTÕES DE 16 A 20

- 16) Assinale a alternativa que **NÃO** apresenta uma característica do Sistema Operacional Windows.
- (A) Monotarefa.
 - (B) Programa Pago.
 - (C) Programa Proprietário.
 - (D) Código fechado.
- 17) A extensão padrão dos arquivos do Microsoft PowerPoint 2007 é:
- (A) ODPX
 - (B) DOCX.
 - (C) XLSX.
 - (D) PPTX.
- 18) São grupos da Guia Exibição do Microsoft Word 2007, **EXCETO**:
- (A) Alterações.
 - (B) Janela.
 - (C) Zoom.
 - (D) Macros.
- 19) No Microsoft Word 2007, a tecla de atalho "CTRL + H":
- (A) Remove a formatação de parágrafo.
 - (B) Alinha um parágrafo à direita.
 - (C) Define espaçamento simples entre linhas.
 - (D) Altera a formatação de caracteres.
- 20) Levando em consideração o Sistema Operacional Windows 7, assinale a alternativa **INCORRETA**.
- (A) O Painel de Controle pode ser usado para alterar a aparência e as configurações do Windows, exceto a cor da área de trabalho e das janelas, a instalação e configuração de hardware e software e a segurança.
 - (B) O Desfragmentador de disco visa melhorar a velocidade com que o computador lê as partições de arquivos fragmentados.
 - (C) Backup é um programa para realizar cópias de segurança. Temos 5 tipos(normal, incremental, diferencial , cópia e diária).
 - (D) A Verificação de erros (scandisk) visa corrigir falhas em arquivos do sistema e em disco.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÕES DE 21 A 40

21) A respeito do Atendimento ao Público, assinale a opção **ERRADA**.

- (A) O servidor não é obrigado a respeitar a hierarquia.
- (B) A avaliação de satisfação do usuário deriva da mesma premissa que orienta o estabelecimento de padrões de qualidade pelas organizações públicas, ou seja, da necessidade de envolver a ótica do cidadão sobre as demandas de atendimento.
- (C) A presteza é uma das características fundamentais que devem ser consideradas no atendimento ao público.
- (D) Quando uma pessoa reclamar do atendimento que recebeu, o servidor público deverá ouvir atentamente a insatisfação e perguntar se a pessoa pode oferecer opções para ajudar a melhorar o atendimento.

22) Assinale a alternativa que apresenta uma característica das equipes de trabalho.

- (A) Competitividade.
- (B) Sinergia positiva.
- (C) Habilidades aleatórias e variadas.
- (D) Metas de desempenho individuais.

23) A respeito do trabalho em equipe, marque a alternativa **CORRETA**.

- (A) Em razão de sua vivência em sociedade, os indivíduos são capazes não só de prever, mas também de interpretar as reações das outras pessoas, o que impede que haja distorções no relacionamento interpessoal nos grupos.
- (B) Garante-se a qualidade do relacionamento na equipe quando pelo menos alguns dos membros do grupo possuem competência interpessoal inata.
- (C) O sistema de comunicação e de feedback individual e grupal possibilita a positiva interação entre os membros da equipe e viabiliza a sinergia.
- (D) A inflexibilidade é uma atitude que contribui para o trabalho em equipe.

24) São atitudes que contribuem para o trabalho em equipe:

- I. Responsabilidade.
- II. Cortesia.
- III. Impaciência.
- IV. Egocentrismo.

Assinale a alternativa que indica as assertivas corretas.

- (A) III e IV
- (B) I e II
- (C) II e III
- (D) I, II e III

25) São atitudes que contribuem positivamente para administrar conflitos, **EXCETO**:

- (A) Impor sua opinião.
- (B) Objetividade.
- (C) Comunicar-se adequadamente.
- (D) Colocar-se no lugar do outro.



26) A respeito da Redação Oficial, assinale a opção **ERRADA**.

- (A) Sendo a publicidade e a impessoalidade princípios fundamentais de toda administração pública, claro está que devem igualmente nortear a elaboração dos atos e comunicações oficiais.
- (B) A transparência do sentido dos atos normativos, bem como sua inteligibilidade, são requisitos do próprio Estado de Direito: é inaceitável que um texto legal não seja entendido pelos cidadãos.
- (C) A publicidade não implica, necessariamente, clareza e concisão.
- (D) A redação oficial é a maneira pela qual o Poder Público redige atos normativos e comunicações. Interessamos tratá-la do ponto de vista do Poder Executivo.

27) Para que haja comunicação, são necessários:

- I. Alguém que receba essa comunicação.
- II. Algo a ser comunicado.
- III. Alguém que comunique.

Assinale a alternativa que indica as assertivas corretas.

- (A) I e III
- (B) I e II
- (C) I, II e III
- (D) II e III

28) O tratamento impessoal que deve ser dado aos assuntos que constam das comunicações oficiais decorre:

- I. Do caráter impessoal do próprio assunto tratado: se o universo temático das comunicações oficiais se restringe a questões que dizem respeito ao interesse público, é natural que não cabe qualquer tom particular ou pessoal.
- II. Da impessoalidade de quem recebe a comunicação, com duas possibilidades: ela pode ser dirigida a um cidadão, sempre concebido como *público*, ou a outro órgão público. Nos dois casos, temos um destinatário concebido de forma homogênea e impessoal.
- III. Da ausência de impressões individuais de quem comunica: embora se trate, por exemplo, de um expediente assinado por Chefe de determinada Seção, é sempre em nome do Serviço Público que é feita a comunicação. Obtém-se, assim, uma desejável padronização, que permite que comunicações elaboradas em diferentes setores da Administração guardem entre si certa uniformidade.

A quantidade de itens corretos é:

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4

29) Sobre a linguagem dos atos e das comunicações oficiais, assinale alternativa **CORRETA**.

- (A) A linguagem técnica deve ser empregada apenas em situações que a exijam, sendo de evitar o seu uso indiscriminado.
- (B) A língua escrita, como a falada, compreende diferentes níveis, de acordo com o uso que dela se faça.
- (C) O padrão culto nada tem contra a simplicidade de expressão, desde que não seja confundida com pobreza de expressão. De nenhuma forma o uso do padrão culto implica emprego de linguagem rebuscada, nem dos contorcionismos sintáticos e figuras de linguagem próprios da língua literária.
- (D) Todas as alternativas estão corretas.

30) Os ofícios devem conter, dentre outras, as seguintes partes:

- I. Tipo e número do expediente, seguido da sigla do órgão que o expedie.
- II. Identificação do signatário.
- III. Destinatário.
- IV. Assinatura do autor da comunicação.
- V. Texto.



Assinale a alternativa que indica as assertivas corretas.

- (A) I, II e IV.
- (B) II, III e V
- (C) I, II, III, IV e V
- (D) I, II e III

31) Os documentos do *Padrão Ofício* devem obedecer à seguinte forma de apresentação, **EXCETO**:

- (A) Não deve haver abuso no uso de negrito, itálico, sublinhado, letras maiúsculas, sombreado, sombra, relevo, bordas ou qualquer outra forma de formatação que afete a elegância e a sobriedade do documento.
- (B) Deve ser utilizado espaçamento simples entre as linhas e de 6 pontos após cada parágrafo, ou, se o editor de texto utilizado não comportar tal recurso, de uma linha em branco.
- (C) O campo destinado à margem lateral esquerda terá, no mínimo, 3,5 cm de largura.
- (D) É obrigatória constar a partir da segunda página o número da página.

32) Devem constar do cabeçalho ou do rodapé do *ofício* as seguintes informações do remetente:

- I. Telefone e endereço de correio eletrônico.
- II. Nome do órgão ou setor.
- III. Endereço postal.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III
- (B) I e II
- (C) II
- (D) III

33) A respeito da Arquivologia, assinale a opção **ERRADA**.

- (A) Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.
- (B) A Administração Pública não franqueará a consulta aos documentos públicos.
- (C) Arquivos são os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.
- (D) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

34) Sobre os Arquivos Públicos, assinale a opção **INCORRETA**.

- (A) A cessação de atividades de instituições públicas e de caráter público implica o recolhimento de sua documentação à instituição arquivística pública ou a sua transferência à instituição sucessora.
- (B) Os documentos de valor permanente são alienáveis e imprescritíveis.
- (C) Os arquivos públicos são os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias.
- (D) Os documentos públicos são identificados como correntes, intermediários e permanentes.

35) São vantagens da utilização do fax pela internet, salvo:

- (A) Não precisa mais de máquina ou aparelho de [fax](#).
- (B) Possibilidade de recepção/envio de faxes a partir de qualquer lugar com uma conexão internet.
- (C) Recepção limitada de faxes, 24 horas por dia.
- (D) Confidencialidade na recepção de faxes através da recepção direta.



36) De acordo com a Lei de Licitações e Contratos, Compra é:

- (A) Toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente.
- (B) Toda transferência de domínio de bens a terceiros.
- (C) Toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta.
- (D) Toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais.

37) As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

- I. O produto dela esperado estiver contemplado nas metas estabelecidas no Plano Plurianual de que trata o [art. 165 da Constituição Federal](#), quando for o caso.
- II. Existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários.
- III. Houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma.
- IV. Houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório.

A quantidade de itens corretos é:

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4

38) As obras e serviços poderão ser executados por execução indireta nos seguintes regimes:

- I. Tarefa.
- II. Empreitada integral.
- III. Empreitada por preço global.
- IV. Empreitada por preço unitário.

Assinale a alternativa que indica as assertivas corretas.

- (A) I e IV
- (B) Todas as alternativas estão corretas.
- (C) II e III
- (D) II, III e IV

39) Nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços serão considerados principalmente, dentre outros, os seguintes requisitos, **EXCETO**:

- (A) Funcionalidade e adequação ao interesse público.
- (B) Economia na execução, conservação e operação.
- (C) Facilidade na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade da obra ou do serviço.
- (D) Adoção das normas técnicas, de saúde e de segurança do trabalho inadequadas.



40) A respeito das Modalidades de Licitação, assinale a opção **INCORRETA**.

- (A) Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.
- (B) Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- (C) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o segundo dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- (D) Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19 da lei 8.666/93, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.